

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TCE/MG

MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA., Pessoa Jurídica de Direito Privado inscrita no CNPJ sob o registro nº 01.590.728/0009-30 e com sede em Rod. Darly Santos, nº 4.000, Galpão 01 – B. Sala nº 10º, Bairro Darly Santos – Vila Velha/ES, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 75 da Constituição Federal, bem como no parágrafo 1º do artigo 113, ambos da Lei nº 8.666/93, e nas disposições pertinentes do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG), apresentar

DENÚNCIA

em vistas da miríade de atos irregulares praticados pelo ilustre Pregoeiro da **PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA/MG**, doravante “Denunciado”, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 013/2023, – Edital **(DOC. I)**.

A doravante “Denunciante” o faz por supedâneo nas suficientes razões de fato e de Direito a seguir delineadas.

I. DA COMPETÊNCIA PARA O RECEBIMENTO, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DA PRESENTE DENÚNCIA

1. Tal como estatuído no *caput* do artigo 75 da Constituição Federal de 1988:

“Art. 75. As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.

Parágrafo único. As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros.”

2. Crucial colacionar, também, a disposição do parágrafo 1º do artigo 113 da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

“§ 1º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta Lei, para os fins do disposto neste artigo.”

3. Tem-se, portanto, que o presente pleito congloba todos os parâmetros elencados nas disposições normativas *supra*, visto tratar-se de Denúncia por meio do qual se opõe a atos administrativos irregulares praticados por autoridade da **PREFEITURA MUNICIPAL DE**

Distrito Federal

SAA Qd. 01, Lt. 995, Zona Industrial
Brasília - DF | CEP: 70.632-100
(61) 3030-2020 / 3030-2020

Bahia

Rod. Ilhéus - Uruçuca, 262, KM 2,5, Iguaapé
Ilhéus - BA | CEP: 45.658-335
(71) 3030-2020 / 3030-2020

São Paulo

Rod. Pres. Dutra, 228, St. 1, Sl 3, Várzea do Palácio,
Guarulhos - São Paulo - SP | CEP: 07.034-010
(11) 3030-2020 / 3030-2020

Espírito Santo

Rod. Darly Santos, nº 4.000, Galpão 01 - B, Sala nº 10,
Bairro Darly Santos - Vila Velha - ES | CEP: 29.103-300

Minas Gerais

Rua Nossa Senhora do Carmo, nº 243, Sala 06, Bairro Centro
Bairro Darly Santos - Unai - MG | CEP: 38.610-034

Santa Catarina

Rodovia BR-101, nº 15.000, KM 127, Anexo A,
Pavimento Superior, Sala 223 1K, Bairro Canhanduba
Itajaí - SC | CEP: 88.315-000

DELTA/MG, que cerceiam a livre participação de licitantes no âmbito de certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, e ensejam uma miríade de prejuízos financeiros de incalculável monta, em decorrência do mau emprego dos recursos do Erário Público do Município de **DELTA**, sendo, portanto, todas as nuances da presente lide atinentes ao Direito Público.

4. A MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA., Denunciante, busca resguardar seus direitos, enquanto licitante, à esmerada observância de todas as disposições normativas da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02, do Decreto Federal nº 10.024/19 e das disposições do Edital **(DOC. I)**, nos atos administrativos procedimentais devidos e pertinentes no âmbito do certame licitatório em comento, em prestígio aos princípios jurídicos administrativos da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da probidade, da publicidade, do julgamento objetivo, da livre concorrência, da vinculação ao instrumento licitatório, da ampla defesa e do contraditório, da economicidade e da escolha da proposta mais vantajosa¹.

5. Nos moldes do que restará comprovado pelas razões de direito a seguir delineadas, a Denunciante postula a imediata reforma da decisão que obliterou seu direito à observância às disposições legais e editalícias pertinentes à fase recursal do Pregão Eletrônico em comento.

6. Nessa toada, a Denunciante aduz, desde já, que, *data maxima venia*, as condutas do Pregoeiro e das demais autoridades administrativas que atuaram na condução da Sessão Pública de Pregão Eletrônico beiram o grotesco e o ridículo, e perpetraram feridas mortais a toda sorte de dispositivo normativo pertinente, mormente os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como às contas do Município de **DELTA**.

7. Em assim sendo, busca a Denunciante a tutela dos incontestáveis direitos subjetivos enquanto licitante, em face de ato cerceador de autoridades públicas, ao pericúlio das disposições do instrumento convocatório regente do certame, bem como das disposições normativas da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02, as disposições principiológicas administrativas pertinentes e, *ad corolarius*, as disposições do artigo 37 da Constituição Federal de 1988.

8. Justificada, portanto, a competência do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG) para recebimento, processamento e julgamento da presente Denúncia, motivo pelo qual roga-se a tomada das devidas providências.

II. DAS RAZÕES PARA A PRESENTE DENÚNCIA

¹ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**, 27ª Ed., 2013, pp. 377-388.

9. Em apertada síntese, ilustres Conselheiros, trata-se de certame licitatório promovido pelo **MUNICÍPIO DE DELTA/MG**, conforme critérios, exigências, condições, prazos, especificações técnicas, quantitativos e estimativas estabelecidos no Edital e em seus anexos **(DOC. I)**.

10. Abertos os trabalhos, a Denunciante apresentou toda a documentação pertinente tanto à sua proposta quanto à sua habilitação, necessária e apta a demonstrar sua aptidão para a participação no certame, oferecendo, pois, proposta para os Itens **49, 120, 125, 130 e 131**.

11. **Entretanto, após as decisões de classificação e arrematação em relação aos Itens 49, 120, 125, 130 e 131, a Denunciante pretendia apresentar Recurso Administrativo. Não obstante, houve a indevida recusa da intenção de recurso apresentada pela Denunciante, o que configura uma medida completamente arbitrária.**

12. Isso se deve ao fato de que, a Denunciante, ao manifestar **intenção de apresentar o Recurso para os Itens 49, 120, 125, 130 e 131, constatou que não havia forma de apresentar as motivações, conforme imagem a seguir:**



13. Ilustres Conselheiros, ao obliterar a fase recursal, a Denunciado descumpriu a cláusula 11 do Instrumento Convocatório **(DOC. I)**, *in verbis*:

“11 DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, **será concedido o prazo de no mínimo 05 (cinco) minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema;**

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento o

Distrito Federal

SAA Qd. 01, Lt. 995, Zona Industrial
Brasília - DF | CEP: 70.632-100
(61) 3030-2020 / 3030-2020

Bahia

Rod. Ilhéus - Uruçuca, 262, KM 2,5, Iguapé
Ilhéus - BA | CEP: 45.658-335
(71) 3030-2020 / 3030-2020

São Paulo

Rod. Pres. Dutra, 228, St. 1, Sl 3, Várzea do Palácio,
Guarulhos - São Paulo - SP | CEP: 07.034-010
(11) 3030-2020 / 3030-2020

Espírito Santo

Rod. Dary Santos, nº 4.000, Galpão 01 - B, Sala nº 10,
Bairro Dary Santos - Vila Velha - ES | CEP: 29.103-300

Minas Gerais

Rua Nossa Senhora do Carmo, nº 243, Sala 06, Bairro Centro
Bairro Dary Santos - Unai - MG | CEP: 38.610-034

Santa Catarina

Rodovia BR-101, nº 15.000, KM 127, Anexo A,
Pavimento Superior, Sala 223 1K, Bairro Canhanduba
Itajaí - SC | CEP: 88.315-000

Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

11.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito;

11.4. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

11.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital."

14. Também, o artigo 4º, inciso XXI da Lei nº 10.520/02 – o regulamento geral do Pregão – dispõe que "a fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras", *in verbis*:

"XVIII - declarado o vencedor, **qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer**, quando lhe será concedido o prazo de **3 (três) dias para apresentação das razões do recurso**, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do Denunciante, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

XIX - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

XX - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela Pregoeira ao vencedor;

XXI - decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor;"

15. Não por outro motivo que o Egrégio Tribunal de Contas da União (TCU) tem entendimento consolidado no sentido de que é dever dos Pregoeiros:

Distrito Federal

SAA Qd. 01, Lt. 995, Zona Industrial
Brasília - DF | CEP: 70.632-100
(61) 3030-2020 / 3030-2020

Minas Gerais

Rua Nossa Senhora do Carmo, nº 243, Sala 06, Bairro Centro
Bairro Darily Santos - Unai - MG | CEP: 38.610-034

Bahia

Rod. Ilhéus - Uruçuca, 262, KM 2,5, Iguaapé
Ilhéus - BA | CEP: 45.658-335
(71) 3030-2020 / 3030-2020

São Paulo

Rod. Pres. Dutra, 228, St. 1, Sl 3, Várzea do Palácio,
Guarulhos - São Paulo - SP | CEP: 07.034-010
(11) 3030-2020 / 3030-2020

Santa Catarina

Rodovia BR-101, nº 15.000, KM 127, Anexo A,
Pavimento Superior, Sala 223 1K, Bairro Canhanduba
Itajaí - SC | CEP: 88.315-000

Espírito Santo

Rod. Darily Santos, nº 4.000, Galpão 01 - B, Sala nº 10,
Bairro Darily Santos - Vila Velha - ES | CEP: 29.103-300

"Fundamentar, pormenorizadamente, em respeito ao que dispõe o art. 50 da Lei nº 9.784/1999, a resposta da Administração aos recursos interpostos por licitantes contra julgamentos proferidos em suas licitações.

TCU, Acórdão nº 2105/2008 Plenário"

"Deve ser observado, na condução de pregões eletrônicos, o que dispõe o Decreto nº 5.450/2005, submetendo à autoridade competente os recursos apresentados de forma imediata e motivada quando a Pregoeira mantiver sua decisão.

TCU, Acórdão nº 808/2008 – Plenário"

"Observe o prazo de três dias para apresentação de razões de recurso sempre que houver manifestação tempestiva e motivada de licitante que evidencie inequívoca contrariedade e interesse de alterar a decisão exarada pela Pregoeira, em cumprimento às disposições do inciso XVIII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, e do inciso XVII do art. 11 do Decreto nº 3.555/2000.

Proceda, após o julgamento de recursos de certames licitatórios, a imediata comunicação ao(s) licitante(s) e/ou interessado(s).

Cumpra as disposições do inciso XVIII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 e do inciso XVII do art. 11 do Decreto nº 3.555/2000, observando o prazo de três dias para apresentação de razões de recurso sempre que houver manifestação tempestiva e motivada de licitante que evidencie inequívoca contrariedade e interesse de alterar a decisão exarada pela Pregoeira.

TCU, Acórdão nº 597/2007 – Plenário"

"Insira sempre a motivação técnica e/ou jurídica para o provimento ou não provimento na análise dos recursos impetrados pelos licitantes, conforme art. 2º, parágrafo único, inciso VII, da Lei 9.784/1999.

TCU, Acórdão nº 4064/2009 – Primeira Câmara (Relação)"

"Atente para a necessidade de motivar as decisões de recursos impetrados contra atos e procedimentos nos certames licitatórios, considerando os argumentos apresentados pelas partes, indicando os elementos que ensejaram o convencimento pela autoridade, bem como os fatos e os

Distrito Federal

SAA Qd. 01, Lt. 995, Zona Industrial
Brasília - DF | CEP: 70.632-100
(61) 3030-2020 / 3030-2020

Minas Gerais

Rua Nossa Senhora do Carmo, nº 243, Sala 06, Bairro Centro
Bairro Dary Santos - Unai - MG | CEP: 38.610-034

Bahia

Rod. Ilhéus - Uruçuca, 262, KM 2,5, Iguaapé
Ilhéus - BA | CEP: 45.658-335
(71) 3030-2020 / 3030-2020

São Paulo

Rod. Pres. Dutra, 228, St. 1, Sl 3, Várzea do Palácio,
Guarulhos - São Paulo - SP | CEP: 07.034-010
(11) 3030-2020 / 3030-2020

Santa Catarina

Rodovia BR-101, nº 15.000, KM 127, Anexo A,
Pavimento Superior, Sala 223 1K, Bairro Canhanduba
Itajaí - SC | CEP: 88.315-000

Espírito Santo

Rod. Dary Santos, nº 4.000, Galpão 01 - B, Sala nº 10,
Bairro Dary Santos - Vila Velha - ES | CEP: 29.103-300

fundamentos jurídicos que foram considerados, em cumprimento ao disposto no art. 50 da Lei nº 9.784/1999.

Acórdão nº 377/2010 – Segunda Câmara (Relação)''

"15. É pacífico o entendimento deste Tribunal de que, no pregão, eletrônico ou Eletrônico, o juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve avaliar tão somente a presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), sem adentrar, antecipadamente, no mérito da questão. Nesse sentido são os Acórdãos 4447/2020- Segunda Câmara, Relator Ministro Aroldo Cedraz, 4124/2019- Primeira Câmara, Relator Ministro Bruno Dantas e 602/2018-Plenário, Relator Ministro Vital do Rêgo, dentre diversos outros.

"9.3.2. rejeição sumária da intenção de recurso apresentada pela Real Forte Manutenção Predial Eireli, que aparentemente atendia a todos os pressupostos recursais, contrariando os princípios do contraditório e da ampla defesa e a jurisprudência consolidada deste Tribunal, a exemplo do Acórdão 4447/2020-TCU-2ª Câmara."

(Acórdão TCU nº 2549/2020 – Plenário).

16. Pois bem, ilustres Conselheiros: sem mais delongas, a Denunciante roga o que se segue:

III. DO PEDIDO CAUTELAR DE SUSPENSÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO / CERTAME LICITATÓRIO

17. No caso em tela não restam dúvidas que a medida cautelar, para a suspensão do certame se faz necessária, na medida em está-se em vias de concluir, de maneira irregular e viciada, pressuposto para o entabulamento de contratos pelo Município de **DELTA** com (indevidas) adjudicatárias.

18. Nesse diapasão, o periculum in mora consubstancia-se no fato de que se a tutela cautelar não for concedida com urgência, não apenas a Denunciante, que cumpriu absolutamente todos os requisitos editalícios e legais no tangente à apresentação das propostas para os Itens **49, 120, 125, 130 e 131** do Pregão Eletrônico nº 013/2023, restará lesada em seu direito à observância de todas as disposições legais e editalícias em comento, mas também ao **MUNICÍPIO DE DELTA/MG**, restará lesada pela execução de empenhos irregularmente constituídos.

19. Quanto à fumus boni juris, este resta gritantemente explicitada pelo teor de toda a narrativa tecida *in supra*; seu clímax se dando com a obliteração do direito líquido e certo da

Distrito Federal

SAA Qd. 01, Lt. 995, Zona Industrial
Brasília - DF | CEP: 70.632-100
(61) 3030-2020 / 3030-2020

Minas Gerais

Rua Nossa Senhora do Carmo, nº 243, Sala 06, Bairro Centro
Bairro Darily Santos - Unai - MG | CEP: 38.610-034

Bahia

Rod. Ilhéus - Uruçuca, 262, KM 2,5, Iguaçu
Ilhéus - BA | CEP: 45.658-335
(71) 3030-2020 / 3030-2020

São Paulo

Rod. Pres. Dutra, 228, St. 1, Sl 3, Várzea do Palácio,
Guarulhos - São Paulo - SP | CEP: 07.034-010
(11) 3030-2020 / 3030-2020

Espírito Santo

Rod. Darily Santos, nº 4.000, Galpão 01 - B, Sala nº 10,
Bairro Darily Santos - Vila Velha - ES | CEP: 29.103-300

Santa Catarina

Rodovia BR-101, nº 15.000, KM 127, Anexo A,
Pavimento Superior, Sala 223 1K, Bairro Canhanduba
Itajaí - SC | CEP: 88.315-000

Denunciante à correta observância das disposições do Edital e da Lei, em postura de brutal agressão aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da probidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da economicidade e da escolha da proposta mais vantajosa, por esboço em indevido e ilegal excesso de rigor e formalismo, vedado pelos entendimentos jurisprudenciais colacionados *in supra*.

20. Portanto, a Denunciante requer que, desde já, Vossas Excelências se dignem a determinar a suspensão da eficácia de todos os atos administrativos pertinentes aos Itens 49, 120, 125, 130 e 131 do Pregão Eletrônico nº 013/2023, bem como a suspensão da execução dos contratos pertinentes, que porventura tenham sido ou venham a ser entabulados para com indevidas adjudicatárias.

Distrito Federal

SAA Qd. 01, Lt. 995, Zona Industrial
Brasília - DF | CEP: 70.632-100
(61) 3030-2020 / 3030-2020

Minas Gerais

Rua Nossa Senhora do Carmo, nº 243, Sala 06, Bairro Centro
Bairro Darly Santos - Unai - MG | CEP: 38.610-034

Bahia

Rod. Ilhéus - Urucuca, 262, KM 2,5, Iguaçu
Ilhéus - BA | CEP: 45.658-335
(71) 3030-2020 / 3030-2020

São Paulo

Rod. Pres. Dutra, 228, St. 1, Sl 3, Várzea do Palácio,
Guarulhos - São Paulo - SP | CEP: 07.034-010
(11) 3030-2020 / 3030-2020

Santa Catarina

Rodovia BR-101, nº 15.000, KM 127, Anexo A,
Pavimento Superior, Sala 223 1K, Bairro Canhanduba
Itajaí - SC | CEP: 88.315-000

Espírito Santo

Rod. Darly Santos, nº 4.000, Galpão 01 - B, Sala nº 10,
Bairro Darly Santos - Vila Velha - ES | CEP: 29.103-300

IV. DOS PEDIDOS

Ex positis, o Denunciante roga se dignem Vossas Excelências, ilustres Conselheiros, a proceder com o seguinte:

a) determinar a suspensão da eficácia de todos os atos administrativos pertinentes aos Itens 49, 120, 125, 130 e 131 do Pregão Eletrônico nº 013/2023, bem como a suspensão da execução dos contratos pertinentes, que porventura tenham sido ou venham a ser entabulados para com indevidas adjudicatárias;

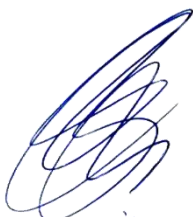
b) a notificação do Ilustre Pregoeiro do **MUNICÍPIO DE DELTA/MG**, doravante "Denunciado", para, se assim desejar, prestar os esclarecimentos devidos;

c) ao final seja mantida a medida cautelar pleiteada, julgando totalmente procedente a presente Denúncia, conseqüentemente, declarando a nulidade absoluta dos contratos administrativos eventualmente entabulados; o *decisum* com efeito *ex tunc*, devendo a indevida adjudicatária promover, pois, a restituição da *res publica* ao *status quo ante*.

Requer provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em Direito, mormente todos os documentos colacionados à presente.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 06 de junho de 2023.



MICROTÉCNICA INFORMATICA LTDA
ROBERTO MÁRCIO NARDES MENDES
CPF nº 327.962.266-20
DIRETOR

Distrito Federal

SAA Qd. 01, Lt. 995, Zona Industrial
Brasília - DF | CEP: 70.632-100
(61) 3030-2020 / 3030-2020

Minas Gerais

Rua Nossa Senhora do Carmo, nº 243, Sala 06, Bairro Centro
Bairro Darily Santos - Unai - MG | CEP: 38.610-034

Bahia

Rod. Ilhéus - Urucuca, 262, KM 2,5, Iguaçu
Ilhéus - BA | CEP: 45.658-335
(71) 3030-2020 / 3030-2020

São Paulo

Rod. Pres. Dutra, 228, St. 1, Sl 3, Várzea do Palácio,
Guarulhos - São Paulo - SP | CEP: 07.034-010
(11) 3030-2020 / 3030-2020

Santa Catarina

Rodovia BR-101, nº 15.000, KM 127, Anexo A,
Pavimento Superior, Sala 223 1K, Bairro Canhanduba
Itajaí - SC | CEP: 88.315-000

Espírito Santo

Rod. Darily Santos, nº 4.000, Galpão 01 - B, Sala nº 10,
Bairro Darily Santos - Vila Velha - ES | CEP: 29.103-300